



EDITAL DE PRAÇA JUDICIAL

Processo Digital: 1007743-65.2022.8.26.0554
Classe/Assunto: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Condomínio Edifício Ventura
Executado: Maria do Socorro Ribeiro Leite

EDITAL DE 1ª E 2ª PRAÇAS DE BEM IMÓVEL e para intimação do(s) requerido(s): **MARIA DO SOOCORRO RIBEIRO LEITE (CPF/MF 172.435.938-01)**, e cônjuge(s), se casado(s) for(em); bem como do(s) terceiro(s) a **SANDRA APARECIDA BIOTTO PADALINO (CPF/MF 124.594.558-01)**, bem como do(s) credor(es) **MAC CYRELA ITÁLIA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA (CNPJ 07.568.220/0001-65)**, expedido na AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL, Processo nº 1007743-65.2022.8.26.0554, em trâmite na 7ª VARA CÍVEL DO FORO DE SANTO ANDRÉ DA COMARCA DE SÃO PAULO/SP, requerida por **CONDOMÍNIO VENTURA (CNPJ 12.281.649/0001-07)**.

O MM. Juiz(a) de Direito Dr(a). MARIA CAROLINA MARQUES CARO QUINTILIANO, na forma da lei, etc., nos termos do Art. 881, § 1º do CPC, FAZ SABER que levará a praça o bem abaixo descrito, por meio de leilão eletrônico conduzido pelo leiloeiro oficial EDUARDO DA SILVA PINTO, matriculado na JUCESP sob nº 980 na plataforma eletrônica (www.leilaoeletronico.com.br), nas condições seguintes:

BEM: Apartamento nº 204, situado no 20º andar do Bloco B – Bloco PAINEIRAS, integrante do empreendimento denominado CONDOMÍNIO VENTURA, com entrada pelo nº 252 da Avenida Padre Anchieta. Possui a área privativa de 167,621m², área comum coberta total de 64,996m², sendo 37,303m² de área da garagem e 27,693m² de restante da área coberta; área comum descoberta de 36,790m², totalizando a área de 269,407m², com direito a 02 (duas) vagas indeterminadas na garagem coletiva do condomínio, cada uma delas com capacidade para apenas 01 (um) veículo de passeio nos subsolos, e 01 (um) armário, também indeterminado nos subsolos; correspondendo-lhe uma fração ideal no todo do terreno e nas demais coisas comuns do condomínio de 0,3327%. O Condomínio Ventura foi construído em um terreno situado no Bairro Jardim, com área de 14.000,00 m². Matrícula nº 112.799 do 1º CRI da comarca de Santo André/SP. Contribuinte nº 03.053.140.

O imóvel possui: (descrever de acordo com Laudo de Avaliação). A unidade leiloadada está descrita pelo Laudo de Avaliação fls. 261ss.



Obs.: Consta na (AV.04) alienações junto a **MAC CYRELA ITÁLIA EMPREENDIMENTOS** devidamente quitado conforme informado nos autos fls. 165. Essa regularização ficará a cargo do arrematante.

ÔNUS:

Matrícula Imobiliária nº	112.799	1º CRI de Santo André/SP		
Inscrição Cadastral nº	03.053.140			
Ônus				
Averbação/Registro	Data	Ato	Processo	Beneficiário
AV.4	21/09/2020	Alienação	-----	Mac Cyrela
AV.5	21/09/2020	Penhora Exequenda	1007743-65.2022.8.26.0554	Mac Cyrela
AV.6	04/07/2024	Penhora Exequenda	100064063.2023.5.02.0433	-----
-----	-----	Penhora no rosto dos autos	1001697-16.2023.5.02.0434	4ª Vara do Trabalho de Santo André
-----	-----	Penhora no rosto dos autos	1000640-63.2023.5.02.0433	3ª Vara do Trabalho de Santo André
-----	-----	Penhora no rosto dos autos	1001727-27.2024.8.26.0554	6ª vara cível do foro de Santo André
-----	-----	Penhora no rosto dos autos	1001811.52.2023.5.02.0434	4ª Vara do Trabalho de Santo André
-----	-----	Penhora no rosto dos autos	0008202-16.2024.8.26.0554	Vara do juizado especial de Santo André



Valor de avaliação: R\$ 2.015.500,00 (11/2024), atualizado para R\$ 2.075.384,30 (04/2025). O valor de avaliação será atualizado à época das praças através do índice do E. TJ/SP.

Débitos Tributários: Não foram encontrados débitos tributários em aberto até à data da publicação do presente edital. Os débitos tributários são sub-rogados no valor da arrematação (artigo 130, Código Tributário Nacional)

Débito Condominial/Exequendo: R\$ 51.014,08 (10/2023) de Débitos Condominiais (fls. 180). Os débitos condominiais ficarão sub-rogados no valor da arrematação (artigo 908, §1º, do CPC).

2 - DATAS DAS PRAÇAS - 1ª Praça começa em 10/06/2025 às 14:00hs, e termina em 12/06/2025 às 14:00hs; 2ª Praça começa em 12/06/2025 às 14:01hs, e termina em 02/07/2025 às 14:00hs.

3 - CONDIÇÕES DE VENDA - Será considerado arrematante aquele que der lance igual ou superior ao valor de avaliação (1ª Praça) ou aquele que der lance de valor igual ou superior a 50% do valor da avaliação (2ª Praça). Caso nas praças não haja lance para pagamento à vista, serão admitidas propostas escritas de arrematação de forma parcelada, (obrigatoriamente encaminhadas via sistema do site, nos termos do Art. 22, parágrafo único da Resolução nº 236 do CNJ), necessário sinal não inferior a 25% do valor da proposta, e o restante em até 30 meses, mediante correção mensal pelo índice do E. TJ/SP, prevalecendo a de maior valor, que estarão sujeitas a apreciação pelo MM. Juízo da causa (Art. 891, parágrafo único, Art. 895, §§ 1º, 2º, 7º e 8º do CPC), sendo aquelas de valor inferior ao da avaliação enviadas impreterivelmente até o encerramento do 1º Leilão, garantido por caução idônea, quando se tratar de bens móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de bens imóveis. Deverá ainda indicar o prazo, a modalidade, o indexador de correção monetária e as condições de pagamento do saldo.

4 - PAGAMENTO - O preço do(s) bem(ns) arrematado(s) deverá(ão) ser depositado(s) através de guia de depósito judicial do Banco do Brasil gerada no <https://portaldecustas.tjsp.jus.br/portaltjsp/login.jsp>, no prazo de até 24 horas da realização da praça. Em até 5 horas após o encerramento da praça, o(s) arrematante(s) receberá(ão) e-mail com instruções para depósito (Art. 884, IV do CPC).

5 - DO INADIMPLENTO - Não sendo realizado o depósito da oferta no prazo estipulado e/ou o pagamento de sua comissão, o leiloeiro comunicará o fato ao MM. Juiz responsável, informando os lances imediatamente anteriores, para que sejam submetidos à apreciação judicial, sem prejuízo da aplicação de sanção prevista no art. 897 do novo CPC, ao arrematante remisso. Além disso, arcará o arrematante remisso, com todos os ônus e implicações, decorrentes de sua omissão, inclusive, para a obtenção de novos documentos e ressarcimento das despesas, para a realização da praça. O inadimplemento, autoriza o



exequente, a pedir a resolução da arrematação ou promover em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos, serem formulados nos autos da execução, em que se deu a arrematação. (Art. 895, § 4º e 5º do CPC). Em caso de falta de pagamento ou desistência imotivada do arrematante/proponente, a qualquer momento, ainda será cobrada multa moratória no valor de 5% (cinco por cento) da arrematação em favor do leiloeiro, sem prejuízo de demais sanções aplicadas pelo MM. Juízo da causa, bem como poderá ainda o Leiloeiro emitir título de crédito, para a cobrança de tais valores, encaminhando-o a protesto, por falta de pagamento, se for o caso, sem prejuízo da execução prevista no artigo 39, do Decreto nº 21.981/32, além da inclusão do arrematante nos serviços de proteção ao crédito.

6 - COMISSÃO DO LEILOEIRO - A comissão devida será de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação, paga à vista por meio de PIX/TED na conta do leiloeiro, não se incluindo no valor do lance (886, II do CPC e 266 NSCGJ), no prazo de até 24 horas.

A comissão do leiloeiro, não será devolvida ao arrematante em nenhuma hipótese, salvo se a arrematação for desfeita por determinação judicial, ou por razões alheias à vontade do arrematante, deduzidas as despesas incorridas.

7 - DO CANCELAMENTO/SUSPENSÃO DA PRAÇA APÓS A PUBLICAÇÃO DO EDITAL - Após a publicação do edital, caso haja pagamento ou acordo, será devido ao leiloeiro a importância de 1% da avaliação atualizada, à título de despesas gastas por parte do leiloeiro oficial, a ser paga pelo exequente, no prazo de 10 dias, comprovando-se a seguir nos autos o depósito.

8 - DÉBITOS E OBRIGAÇÕES DO ARREMATANTE - Em caso de arrematação, os débitos de condomínio, por sua natureza "*propter rem*", bem como os débitos de IPTU, acrescidos das parcelas vincendas até a realização da alienação (mediante apresentação de extrato pelo arrematante ao MM. Juízo da causa), terão preferência sobre os demais (Art. 323, Art. 908, §§ 1º e 2º do CPC e Art. 130, parágrafo único do CTN e Tema 1134 do STJ), e caso o valor de arremate não seja suficiente para quitação dos débitos de condomínio, a diferença será de responsabilidade do arrematante nos termos do Art. 1.345 do CC. O(s) bem(ns) será(ão) alienado(s) em caráter *ad corpus* e no estado de conservação em que se encontra, sendo a verificação de documental, de gravames/credores e de área, sob responsabilidade do arrematante, sendo que a baixa de eventuais gravames se dará nos termos do Art. 320-G da Resolução nº 188/24 do CNJ, ou seja, o MM. Juízo da causa determinará a baixa dos graves, sendo o custo de responsabilidade do arrematante, que também deverá se certificar da comunicação a quem de direito. Os atos necessários para a expedição de carta de arrematação, registro, ITBI, imissão na posse e demais providências serão de responsabilidade do arrematante (Art. 901, "caput", §§ 1º e 2º e Art. 903 do CPC). Em caso de haver Hipoteca gravada na matrícula, esta será cancelada nos termos do Art. 1.499, inc. VI, do Código Civil. Lavrado o auto de arrematação, com a subscrição deste por todos aqueles indicados por lei, a responsabilidade pelas obrigações de natureza *propter rem* passam a ser do arrematante, independentemente da imissão na posse, expedição de carta de arrematação ou registro desta.



O exequente, se vier a arrematar o imóvel, não estará obrigado a exibir o preço, mas, se o valor do bem exceder o seu crédito, depositará dentro de três (3) dias a diferença, sob pena de ser tornada sem efeito a arrematação e, neste caso, o bem será levado a nova praça à custa do exequente (art. 892, parágrafo primeiro, do CPC).

9 - DA PARTICIPAÇÃO NO LEILÃO - Os interessados deverão se cadastrar no site leilaoeletronico.com.br e se habilitar acessando a página desta Praça, para participação on-line, com antecedência de até 1 (uma) hora, antes do horário previsto, para o término da 1ª ou da 2ª Praça, observadas as condições estabelecidas neste edital. Aquele que se habilitar para a 1ª, estará automaticamente habilitado para a 2ª Praça. Sobrevindo lance nos três minutos antecedentes ao termo final da alienação judicial eletrônica, o horário de fechamento do pregão será prorrogado em três minutos para que todos os usuários interessados tenham oportunidade de ofertar novos lances. Os lances deverão ser oferecidos diretamente no sistema do gestor e imediatamente divulgados online, de modo a viabilizar a preservação do tempo real das ofertas.

10 - DA FRAUDE - Aquele que, tentar fraudar a arrematação, além da reparação do dano na esfera cível - Arts. 186 e 927 do Código Civil, ficará sujeito às penalidades do artigo 358 do Código Penal: Art. 358 - Impedir, perturbar ou fraudar arrematação judicial; afastar ou procurar afastar concorrente ou licitante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem: Pena - detenção, de 2 (dois) meses a 1 (um) ano, ou multa, além da pena correspondente à violência.

11 - DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS - Pessoalmente perante o Ofício onde estiver tramitando a ação, ou pela central de atendimento no telefone/WhatsApp (11) 4118-9558 e/ou e-mail: contato@leilaoeletronico.com.br. Para participar acesse www.leilaoeletronico.com.br.

Fica(m) o(s) requerido(s): **MARIA DO SOCORRO RIBEIRO LEITE (CPF/MF 172.435.938-01)**, e cônjuge(s), se casado(s) for(em); bem como do(s) terceiro(s) a **SANDRA APARECIDA BIOTTO PADALINO (CPF/MF 124.594.558-01)**, bem como do(s) credor(es) **MAC CYRELA ITÁLIA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA (CNPJ 07.568.220/0001)**, e demais interessados, INTIMADOS da penhora do imóvel realizada em 23/05/2024 e das designações supra, caso não seja(m) localizado(a)(s) para a intimação pessoal.

Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado ficando desde já consignado que é suficiente a publicação na rede mundial de computadores (art. 887, §2º, CPC).

São Paulo, 28 de abril de 2025.

Eu, _____, Escrevente Digitei,



Eu, _____, Escrivã(o) Diretor (a), Subscrivi.

_____ MARIA CAROLINA MARQUES CARO QUINTILIANO (JUÍZA)